

2015-16



Escola Superior de Educação
Jean Piaget/Almada

**[REGULAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DOMÍNIO DA AUDIÇÃO E SURDEZ]**

INDICE

CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS	3
ARTIGO 1º – NATUREZA	3
ARTIGO 2º – ÂMBITO	3
ARTIGO 3º – CONCEITOS	3
ARTIGO 4º – CANDIDATURA À INSCRIÇÃO NOS CURSOS	5
ARTIGO 5º – ACESSO AOS CURSOS	5
ARTIGO 6º – LIMITAÇÕES QUANTITATIVAS E PRAZOS	5
ARTIGO 7º – DIPLOMA DE ESTUDOS	5
CAPÍTULO II – SELEÇÃO DOS CANDIDATOS À MATRÍCULA AOS CURSOS	6
SECÇÃO I – DA SELEÇÃO	6
ARTIGO 8º – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	6
ARTIGO 9º – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS	6
ARTIGO 10º – COMPETÊNCIA PARA A SELEÇÃO	6
ARTIGO 11º – CLASSIFICAÇÃO E ORDENAÇÃO DOS CANDIDATOS	6
SECÇÃO II – DAS MATRÍCULAS E INSCRIÇÕES	7
ARTIGO 12º – MATRÍCULAS E INSCRIÇÕES	7
ARTIGO 13º – TAXAS DE CANDIDATURA E MATRÍCULA	7
SECÇÃO III – DA AVALIAÇÃO	7
ARTIGO 14º – AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA DO CURSO	7
ARTIGO 15º – COMPONENTE DO PROJETO	8
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	9
ARTIGO 16º – CASOS OMISSOS	9
ARTIGO 17º – ENTRADA EM VIGOR	9
ANEXO - ESTRUTURA CURRICULAR, PLANO DE ESTUDOS E CRÉDITOS	10

REGULAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DOMÍNIO DA AUDIÇÃO E SURDEZ 2015/2016

Capítulo I – Princípios Gerais

Artigo 1º – Natureza

Os Cursos de Pós-Licenciatura são atividades formais de ensino curricular conducentes à obtenção de um diploma de Pós-Graduação/Especialização.

Artigo 2º – Âmbito

O Regulamento de Pós-Graduação/Especialização classifica as atividades de Pós-Graduação, define o estatuto de Pós-Graduado da Instituição, regulamenta os processos de matrícula e de inscrição, a frequência e a avaliação no referido curso, bem como a elaboração do projeto e trabalho final de Pós-Graduação/Especialização.

Artigo 3º – Conceitos

O quadro legal vigente resultante do Processo de Bolonha institui uma nova terminologia que importa ter presente no âmbito da comunidade educativa. Assim, dever-se-á ter em consideração a seguinte definição de conceitos:

- a) «**Matrícula**» ato pelo qual o estudante procede à sua inscrição pela primeira vez num curso de uma instituição de ensino superior. A matrícula, por si só, não dá direito à frequência, sendo necessário proceder à inscrição anual nas unidades curriculares do respetivo curso.
- b) «**Renovação da matrícula**» ato pelo qual o estudante renova anualmente a sua matrícula nos anos curriculares seguintes.
- c) «**Inscrição nas unidades curriculares**» ato pelo qual o estudante, tendo matrícula válida na Instituição, fica em condições de frequentar as diversas unidades curriculares em que se inscreve.
- d) «**Unidade curricular**» a unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final;
- e) «**Plano de estudos de um curso**» o conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve obter aprovação para:
 - i) A obtenção de um determinado grau académico;
 - ii) A conclusão de um curso não conferente de grau;
 - iii) A reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico;
- f) «**Ano curricular**», «**semestre curricular**» e «**trimestre curricular**» as partes do plano de estudos do curso que, de acordo com o respetivo instrumento legal de aprovação, devam ser realizadas pelo estudante, quando em tempo inteiro e regime presencial, no decurso de um ano, um semestre ou um trimestre letivo, respetivamente;
- g) «**Duração normal de um ciclo de estudos**» o número de anos, semestres e ou trimestres letivos em que o ciclo de estudos deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial;

- h) «**Horas de contacto**» o tempo utilizado em sessões de ensino de natureza coletiva, designadamente em salas de aula, laboratórios ou trabalhos de campo, e em sessões de orientação pessoal de tipo tutorial;
- i) «**Crédito**» a unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação, nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro;
- j) «**ECTS (European Credit Transfer Sistem)**» sistema de transferência e acumulação de créditos;
- k) «**Créditos de uma unidade curricular**» o valor numérico que expressa o trabalho que deve ser efetuado por um estudante para realizar uma unidade curricular;
- l) «**Créditos de uma área científica**» o valor numérico que expressa o trabalho que deve ser efetuado por um estudante numa determinada área científica;
- m) «**Estrutura curricular de um curso**» o conjunto de áreas científicas que integram um curso e o número de créditos que um estudante deve reunir em cada uma delas para:
 - i) A obtenção de um determinado grau académico;
 - ii) A conclusão de um curso não conferente de grau;
 - iii) A reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico;
- n) «**Formação Certificada**» a que pode ser confirmada através de certificado oficial, passado por Instituições de Ensino Superior nacionais ou estrangeiras, ou outras devidamente reconhecidas, desde que a formação seja de nível superior ou pós-secundário, incluindo as unidades curriculares, e outros módulos, pertencentes a planos de estudos de cursos superiores, nacionais ou estrangeiros, e cursos de especialização tecnológica devidamente reconhecidos;
- o) «**Creditação de Formação Certificada**» o processo de atribuição de créditos do ECTS em áreas científicas e unidades curriculares de planos de estudos de cursos legalmente reconhecidos;
- p) «**Creditação de Experiência Profissional**» processo de atribuição de créditos tendo em consideração a experiência profissional desenvolvida na área a que respeita o curso, número de anos e ações de formação profissional realizada;
- q) «**Ano curricular em que o aluno se encontra**» ano correspondente às unidades curriculares mais avançadas do plano de estudos, a que o aluno se inscreveu;
- r) «**Elemento de avaliação**» qualquer componente do processo de ensino aprendizagem que seja passível de ser avaliada e não tenha de ser obrigatoriamente realizada num tempo-espaco agendado e na presença do docente, designadamente relatório, revisão, levantamento bibliográfico, levantamento estatístico e a presença e participação nas aulas;
- s) «**Momento de avaliação**» qualquer componente do processo de ensino-aprendizagem que seja passível de ser avaliada e tenha de ser obrigatoriamente realizada num tempo-espaco agendado, com uma duração pré-definida e na presença do docente, nomeadamente prova escrita, prova oral, exercício laboratorial acompanhado, trabalho de campo acompanhado, e apresentação e defesa de um projeto;
- t) «**Período letivo**» a fase em que decorrem as aulas;
- u) «**Condições de acesso**» as condições gerais que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos;
- v) «**Condições de ingresso**» as condições específicas que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos concreto num determinado estabelecimento de ensino;

- w) «**Escala Europeia de Comparatibilidade de Classificações**» adotada para contornar os problemas criados pela disparidade de escalas de classificação existentes na Europa, contextualiza os alunos no conjunto dos diplomados dos últimos três anos;
- x) «**Boletim de Registo Académico**» documento bilingue (Português e Inglês) que lista todas as unidades curriculares em que o aluno obteve aprovação, respetivas notas na escala portuguesa de classificações (de 0 a 20), na escala europeia de comparatibilidade de classificações (de A a F) e número de créditos ECTS atribuídos;
- y) «**Suplemento ao diploma**» é um documento bilingue (Português e Inglês) emitido aquando da emissão do diploma de curso que:
 - a) Descreve o sistema de ensino superior português e o seu enquadramento no sistema educativo à data da obtenção do diploma;
 - b) Caracteriza a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma;
 - c) Caracteriza a formação realizada (grau, área, requisitos de acesso, duração normal, nível) e o seu objetivo;
 - d) Fornece informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos.

Artigo 4º – Candidatura à Inscrição nos Cursos

A candidatura à inscrição num curso está condicionada à titularidade do grau de licenciado ou habilitação legalmente equivalente atribuída pelas Instituições de Ensino Superior portuguesas ou estrangeiras.

Artigo 5º – Acesso aos Cursos

1. Para cada curso são indicadas quais as licenciaturas que lhe facultam o acesso.
2. Supletivamente o Conselho Técnico-Científico, sob proposta da Direção, poderá admitir à candidatura e à matrícula candidatos possuidores de outras licenciaturas não referenciadas como habilitando para acesso ao curso, desde que o seu curriculum demonstre uma adequada preparação científica de base.

Artigo 6º – Limitações Quantitativas e Prazos

O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso, os prazos de candidatura e de inscrição e o calendário letivo serão fixados, por despacho da Direção, sob proposta da Coordenação do Curso, sendo publicitados através de edital para cada edição ou reedição dos cursos.

Artigo 7º – Diploma de Estudos

1. Será atribuído aos alunos, que concluem o curso com aproveitamento e que à data da candidatura, satisfaçam as condições de acesso ao curso previstas no Decreto-Lei 95/97 de 23 de fevereiro um certificado de Especialização, no qual deverá constar a área de especialização frequentada, a classificação global e os créditos atribuídos.
2. Aos alunos, que à data da candidatura não satisfaçam as condições de acesso de acordo com o Decreto-lei 95/97 de 23 de fevereiro será emitido um diploma de Pós-Graduação e respetivo suplemento, especificando a área de formação frequentada, a classificação global e os créditos atribuídos.
3. Poderá ainda ser emitido um certificado discriminativo de notas que deve especificar de igual forma as unidades curriculares e o número de créditos obtidos.
4. O certificado referido no número anterior deve especificar a média final das unidades curriculares, e número total de créditos obtidos.

Capítulo II – Seleção dos Candidatos à Matrícula aos cursos

Secção I – Da Seleção

Artigo 8º – Critérios de Seleção

1. Compete à Comissão Científica a elaboração da proposta de critérios de seleção dos candidatos, a submeter à aprovação dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico da Instituição.
2. A seleção dos candidatos à matrícula no curso de Pós-Graduação terá em consideração os seguintes critérios:
 - a) Classificação da licenciatura ou de outros graus já obtidos pelo candidato;
 - b) “Curriculum” académico, científico e técnico-profissional.
3. O Conselho Técnico-Científico poderá ainda aprovar outros critérios específicos de seleção, consoante as características do curso, sob proposta da Direção.
4. Os candidatos a que se refere o nº 2 do artigo 5º só serão considerados após seleção dos candidatos detentores das licenciaturas referidas no nº 1 do mesmo artigo.

Artigo 9º – Apresentação de Candidaturas

1. A apresentação de candidaturas é efetuada no local indicado no respetivo edital, através do preenchimento de um boletim de candidatura.
2. Deverão ser anexados os seguintes documentos:
 - a) Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou documento análogo;
 - b) Número de contribuinte;
 - c) Cópia da certidão da licenciatura;
 - d) “Curriculum vitae” detalhado;
 - e) Outros elementos solicitados no edital ou que os candidatos considerem relevantes para apreciação da sua candidatura.

Artigo 10º – Competência para a Seleção

A seleção dos candidatos é efetuada pela Comissão Científica, de acordo com as condições e critérios aprovados.

Artigo 11º – Classificação e Ordenação dos Candidatos

1. Finda a aplicação dos métodos de seleção, proceder-se-á à classificação e ordenação dos candidatos e será elaborado o edital do qual constará a lista de admitidos (incluindo os suplentes), sua classificação final obtida pela aplicação de cada um dos critérios definidos no artigo 8º e a lista dos candidatos não admitidos.
2. Quanto aos Editais:
 - a) O Edital a que se refere o número anterior está sujeita a homologação da Direção;
 - b) O Edital será publicado.
3. Da decisão de seleção não cabe recurso, salvo se arguida de vício de forma.

Secção II – Das matrículas e inscrições**Artigo 12º – Matrículas e inscrições**

1. Os candidatos admitidos deverão proceder à matrícula e inscrição no prazo fixado no edital de abertura do concurso.
2. No caso de algum candidato admitido desistir expressamente da matrícula e inscrição ou a não concretizar no prazo de 3 dias após o termo do período de matrícula e inscrição, a Direção convocará o elemento seguinte da lista ordenada, até ao limite das vagas.
3. Os candidatos a que se refere o número anterior terão um prazo improrrogável de 6 dias úteis após a convocação para procederem à matrícula e inscrição.

Artigo 13º – Taxas de Candidatura e Matrícula

1. São devidas:
 - a) Uma taxa de candidatura;
 - b) Uma taxa de matrícula;
2. Os valores das taxas são fixados anualmente pela direção da Entidade Titular.
3. Em caso de desistência os valores recebidos a título de taxas não são reembolsáveis.

Secção III – Da Avaliação**Artigo 14º – Avaliação e Frequência do Curso**

1. Para concluir o curso com aproveitamento, o aluno terá que:
 - a) Ter a frequência mínima exigida para cada uma das unidades curriculares (70% do tempo letivo); e
 - b) Ter nota positiva na avaliação de cada uma das unidades curriculares.
2. A avaliação de cada unidade curricular terá sempre uma componente individual e será efetuada por meio de uma frequência ou trabalho, em moldes a acordar com o docente.
3. No caso de o docente optar pela avaliação por trabalho individual, o aluno deverá entregar o referido trabalho no prazo estipulado pelo docente, caso contrário, terá de realizar a avaliação da unidade curricular por exame;
4. As classificações finais de cada unidade curricular serão expressas numa escala de 0 a 20 valores.
5. Os professores darão a conhecer os resultados das avaliações escritas num prazo máximo de 30 dias a partir da realização das mesmas.
6. A classificação obtida no certificado de Pós-Graduação / Especialização corresponderá à média ponderada em função do número correspondente de créditos ECTS de todas as unidades curriculares efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$CPG = \frac{\sum_i (UC_i \times ECTS_i)}{60}$$

CPG - Classificação de Pós Graduação/Especialização.

UC_i - Classificação de cada unidade curricular.

ECTS_i - Números de créditos ECTS correspondente à mesma unidade curricular.

7. Haverá uma época de exames de recurso, para quem não obtiver aprovação nas unidades curriculares com calendário a fixar pela Direção, sob proposta da Coordenação de Curso, após o *términus* das unidades curriculares. No calendário fixado haverá igualmente lugar a exame para melhoria de nota, bem como de uma época especial de finalistas, caso alguém o solicite. Dentro dos prazos previstos o aluno deverá proceder à inscrição, no exame, nos Serviços Académicos.
8. Caso o aluno não satisfaça as condições supra referidas, apenas lhe será atribuída uma declaração onde conste a taxa de frequência tida em cada uma das unidades curriculares e respetivas classificações.
9. Os alunos que estejam a frequentar uma Pós-Graduação que confere uma especialidade reconhecida e acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores e que não concluem a respetiva formação dentro do prazo da sua vigência, podem-na concluir dentro dos seguintes condicionalismos:
 - a) Os alunos que não tenham concluído o curso, realizam nova inscrição na Pós-Graduação, por forma a concluírem o curso, caso esteja em funcionamento a Pós-Graduação onde o aluno realizou a primeira matrícula, sujeitando-se ao pagamento dos emolumentos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 13º, em consonância com o Regulamento Financeiro.
 - b) Caso os alunos não tenham concluído o curso nos termos das alíneas anteriores, havendo por conseguinte uma interrupção de um ou mais anos letivos na frequência da Pós-Graduação, terão de se candidatar e matricular em nova Edição da Pós-Graduação, solicitando a creditação da formação realizada, sujeitando-se ao pagamento dos emolumentos previstos nas alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 13º, em consonância com o Regulamento Financeiro.
10. A concessão ou denegação de creditação a que se refere o número anterior é da competência do Conselho Técnico-Científico da Instituição.
11. Das deliberações do Conselho Técnico-Científico não caberá recurso, exceto se arguidas de vício de forma.
12. Para concluir o Curso o estudante terá que realizar um Projeto de Investigação Final na área de Especialização.

Artigo 15º – Componente do Projeto

1. A Unidade Curricular “Projeto de Investigação e Ação Educativa” (PIAE) é uma UC integrante do plano de estudos da Pós-Graduação em Educação Especial da ESEJP – Almada.
2. A Unidade Curricular – com 8 ECTS e 200 horas de Tempo Total de Trabalho – organiza-se em três componentes de aprendizagem: Prática e Laboratorial, Trabalho de Campo e Orientação Tutorial.
3. A componente Prática e Laboratorial implica a aprendizagem de diferentes metodologias e processos de observação e recolha e tratamento de dados; a componente de Trabalho de Campo refere-se à presença, observação e análise de contextos reais de Educação Especial; a componente de Orientação Tutorial respeita ao apoio individualizado de que os alunos irão dispor no delineamento, acompanhamento e redação do seu relatório da UC.
4. O processo de desenvolvimento do Trabalho de Campo é o seguinte:
 - a) O aluno deverá encontrar com o(s) docente(s) da UC “PIAE” uma proposta de projeto que poderá, conforme as motivações do aluno e as condições e limitações do tempo e da situação, assumir várias características;
 - b) Cada aluno poderá encontrar, segundo a sua melhor conveniência, uma escola onde existam serviços de Educação Especial. Em caso de absoluta necessidade, poderão ser consideradas escolas especiais e outras situações;
 - c) O aluno redigirá, individualmente, um projeto com base nas orientações do(s) docente(s) da unidade curricular. Este projeto deverá ser entregue em 3 exemplares impressos e 1 exemplar

em formato digital.

5. Após a entrega, o projeto será avaliado pelo(s) docente(s) da unidade curricular com a participação de um elemento da Comissão Científica do curso, ou de outro docente por esta indigitado. No caso de o projeto ser considerado insuficiente para aprovação, o aluno deverá realizar um novo projeto dentro dos prazos estabelecidos.
6. A análise da qualidade do documento originará a classificação final da Unidade Curricular “PIAE”, que será a mesma classificação da Componente de Projeto para efeitos de Especialização/Pós-Graduação.
7. A calendarização das diferentes etapas deste trabalho deverá conduzir a que, até completar um ano após o início do curso, os alunos possam ter completado todo este processo.

Capítulo III – Disposições gerais e transitórias

Artigo 16º – Casos Omissos

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pelo Diretor ouvida a Comissão Científica.

Artigo 17º – Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor em 15 de outubro de 2015.

Aprovado em reunião de Conselho Técnico-Científico a 14 de setembro de 2015
Aprovado em reunião de Conselho Pedagógico a 15 de outubro de 2015
Homologado pela Diretora da ESE Jean Piaget/Almada a 15 de outubro de 2015

ANEXO - Estrutura curricular, Plano de Estudos e Créditos

1.º Ano/1.º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS
			TOTAL	CONTACTO	
Perturbações do Desenvolvimento Humano	CS	Semestral	150	T: 16; TP: 16; OT: 8	6
Inclusão e Diversidade: Sistemas e Modelos	ENS-EE	Semestral	150	T: 22; TP: 14; OT: 4	6
Metodologias de Investigação em Educação	CED	Semestral	125	T: 20; TP: 12; OT: 8	5
Avaliação Educacional e Desenvolvimento Curricular	CED	Semestral	175	T: 16; TP: 20; OT: 4	7
Pedagogias Ativas e Expressões em Educação Especial	ENS-EE	Semestral	150	T: 8; TP: 22; OT: 4	6

1.º Ano/2.º Semestre

Área de Especialização: Domínio da Audição e Surdez

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS
			TOTAL	CONTACTO	
Heurísticas de Intervenção: Domínio da Audição e Surdez	ENS-EE	Semestral	175	TP: 20; PL: 16; OT: 4	7
Projeto de Investigação e Ação Educativa	ENS-EE	Semestral	200	PL: 22; TC: 20; OT: 10	8
Intervenção Precoce: Domínio da Audição e Surdez	ENS-EE	Semestral	125	TP: 16; PL: 10 ; OT: 4	5
Tecnologias de Apoio: Domínio da Audição e Surdez	ENS-EE	Semestral	100	TP: 6; PL: 10; OT: 4	4
Língua Gestual Portuguesa	ENS-EE	Semestral	150	TP: 4; PL: 40; OT: 4	6